

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT06.002

REPRESENTAÇÃO INDÍGINA EM A LÁGRIMA DE UM CAETÉ

MARIA SUELY DA COSTA

Professora do Departamento de Letras, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. suelycosta@servidor.uepb.edu.br

RESUMO

Este trabalho apresenta uma leitura da escrita feminina em textos voltados para questões étnico-raciais. A partir da análise o poema épico *A lágrima de um caeté* (1849) da escritora Nísia Floresta, objetivou-se verificar quais os aspectos de suas ideias marcadas pelas questões étnico-culturais em torno do povo indígena, propagadas no século XIX, se fazem presentes no nosso país até hoje. Para tanto, buscamos identificar como, através da dimensão discursiva a representação identitária contribui para o entendimento de temas em campos representativos em torno de questões relacionadas ao povo indígena e aos direitos humanos. De natureza analítico-interpretativa, este estudo traz em sua metodologia a análise da construção discursiva do poema épico nisiano, com foco para as atribuições sociais de suas ideias entrelaçadas a questões afirmativas face às adversidades da realidade brasileira. Destacam-se como fundamentação teórica os estudos de Guimarães (1999), Duarte (1995, 2014), Bosi (1992), Hall (2006), Candido (1995, 2002), entre outros. Ao discutir questões sob a via do resgate histórico, esta pesquisa contribuirá para que identifiquemos a memória literária de forma contextualizada, possibilitando constituir-se em material a ser inserido em uma ação educativa, à luz do que preconiza a lei 11.645/08, voltada para a inserção do histórico cultural étnico-racial indígena no contexto de ensino, com abertura para uma educação intercultural.

Palavras-chave: Poesia, aspectos estéticos e culturais, Indígena, Nísia Floresta.

INTRODUÇÃO

Este estudo está inserido na área de estudos da escrita feminina, sobre textos de autoria da educadora, poetisa e escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), voltados para questões étnico-culturais. Tem por objetivo verificar como, através da dimensão discursiva, a representação identitária do povo originário contribui para o entendimento de temas em campos representativos em torno de questões relacionadas ao indígena brasileiro e aos direitos humanos.

A motivação para este estudo é fruto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/UEPB/CNPQ), voltada para os retratos da diversidade em educação e direitos humanos nas relações étnico-raciais, em que foi possível verificar, dentre as demais temáticas de atuação da referida escritora, o seu pioneirismo sobre as questões de educação, gênero, assim como étnico-culturais indigenistas. Sobre estas últimas, verificamos a possibilidade de ampliar a pesquisa tendo em vista a relevância de melhor compreender o debate em torno do indígena no contexto do Brasil do século XIX em pauta nos escritos de uma mulher vista pelo seu protagonismo nas letras, no jornalismo e nos movimentos sociais (DUARTE, 1995).

A realidade histórica é marcada por constantes reflexos de violação de direitos humanos. No Brasil, um dos temas de Direitos Humanos imprescindíveis à compreensão sobre a formação da sociedade nacional são as relações étnico-raciais que até hoje demonstram graves desigualdades que favorecem uma cidadania segregatória e uma democracia parcial, principalmente para negros e indígenas mediante a reprodução de uma racionalidade colonizada que reforça práticas discriminatórias inscritas na mentalidade dos brasileiros.

Conforme a dimensão ética dos direitos humanos, "todas as pessoas nascem livres e iguais", significando ser este um direito inerente à natureza de cada ser humano, pelo reconhecimento de sua intrínseca dignidade. Contudo, no conjunto de direitos existem conflitos entre classes de direitos e limites ao gozo desses direitos (TOSI, 2002).

Enquanto leitores de registros escritos, principalmente marcados por denúncias e reivindicações, é fundamental se compreender o contexto, as lutas e buscar, de forma comparativa, dar destaque às ideias que ainda são pontos de pauta na contemporaneidade, potencializando, através do conhecimento, neste caso específico o indígena, o olhar crítico.

Com efeito, esta proposta de pesquisa adquire um caráter de continuidade na investigação de uma problemática que é, ao mesmo tempo, representativa do sistema cultural brasileiro: os aspectos que definem a representação do sujeito social pelo viés da linguagem. Assim, o interesse esteve em ampliar o processo de investigação referente à produção escrita no século XIX sobre os povos indígenas no contexto brasileiro; um grupo étnico historicamente marcado por lutas, sobre os quais carecem ainda de muitos estudos. Um dos focos estava em compreender o saber da história que possibilita criar práticas que promovam a educação para o respeito à diversidade, a partir do reconhecimento das etnias e suas contribuições na formação e desenvolvimento do Brasil e de seu povo.

As características culturais decorrentes da formação da sociedade brasileira são marcantes e consideradas, até mesmo, como elementos fundamentais da identidade nacional. Discutir a identidade brasileira é importante, pois os brasileiros precisam construir de forma crítica a própria imagem para que possam vencer suas lutas e negociações de reconhecimento e superarem a situação de crise permanente em torno de questões étnico-raciais e culturais.

O Estado brasileiro se caracterizou, por muito tempo, pelo colonialismo/escravismo. Suas regras foram ditadas por Portugal e tudo o que se produzia era para o sustento da metrópole. Dessa maneira, os indígenas, inicialmente, e os negros, posteriormente, foram escravizados e coisificados, sendo excluídos do acesso à riqueza produzida no país. Para além do "racismo residual", conforme nomeado por Florestan Fernandes (2007), o que vemos é a permanência de exclusão racial e atitudes preconceituosas ressignificadas no cotidiano, corroborando a manutenção da miserabilidade das populações negras e indígenas, os povos negros e indígenas frequentemente se veem às voltas em conflitos na defesa de suas formas de sobrevivência e cultura.

A evidência da diversidade cultural na sociedade brasileira é flagrante, em face de sua formação histórica, de sua multiplicidade racial e do reconhecimento da existência de características culturais (BOSI, 1992; HALL, 2003, 2006; ALMEIDA, 2018). Reconhecer a heterogeneidade e estar atento para o fato de que a admissão de um caráter plural é importante para a efetiva compreensão da sociedade nacional em sua diversidade.

O estudo sobre as culturas é de suma importância para se chegar à identificação de um Estado igualitário que busca dirimir desigualdades e sabe lutar pelas diferenças de maneira a proteger aqueles que fazem parte de um grupo minoritário

da sociedade. Entender a presença do povo indígena em nossa história é buscar valorizar sem reforçar estereótipos, quer dizer, permitir que compreendamos as suas histórias para que estas sejam apreendidas e socializadas em consonâncias com os Direitos humanos. Vale salientar que “grande parte da tarefa dos educadores em direitos humanos no Brasil é representada pela necessidade de educar para a igualdade nas relações étnico-raciais” (VEIX, 2012, p.9).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96 (LDB), inicialmente alterada pela Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003 que determinou a obrigatoriedade temática da História e Cultura afro-brasileiras em nosso território, em 10 de março de 2008, é novamente alterada, através da Lei 11.645/ 08, adicionando dois novos parágrafos ao Artigo 26, em sua Alínea A. No primeiro parágrafo da Lei 11.645/08, há uma referência à importância de se estudar os diversos aspectos históricos e culturais destes dois enormes grupos étnicos: africanos e indígenas. No segundo parágrafo, o poder público decreta que conteúdos “referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”¹

Assim, as questões étnico-raciais carecem de profunda discussão e presença como política pública educacional, no sentido da garantia, da proteção e defesa dos direitos humanos por meio da difusão da cultura de direitos que proporcione efetiva participação no exercício pleno da cidadania por parte da pluralidade étnico-racial dos cidadãos. É neste sentido que se inscrevem as Leis Federais Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08, para fins de práticas que promovam a Educação para o respeito à diversidade, a partir do reconhecimento das duas etnias, negra e indígena, e suas contribuições na formação e desenvolvimento do Brasil e de seu povo. O cumprimento das leis tem como base para as relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura, constituídas a partir de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução, além de promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica no Brasil.

As produções escritas de Nísia Floresta, conforme as pesquisas científicas de Constância Duarte (1995), foram significativas para relevar como esta brasileira lutou pelos direitos que lhe eram devidos, enquanto mulher, assim como por causas

1 Disponível em:<< www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm >>. Acesso: 01/06/2023.

voltadas aos indígenas e à abolição da escravatura. Revisitar estes conhecimentos que foram historicamente constituídos, conforme sua condição de atuação e publicação, pode nos conferir uma visão sobre pautas em voga no contexto do século XIX ainda válidas no XXI, ao menos no sentido de compreender como determinados conceitos concretizam-se nas ações dos indivíduos, formados a partir de diferentes matrizes de conhecimento, sejam elas científicas, religiosas, de senso comum, tradicionais ou outras.

METODOLOGIA

A análise do poema nisiano *A lágrima de um Caeté* percorreu sobre os aspectos de forma e conteúdo, tendo por base os referenciais bibliográficos sobre a escritora, a historiografia literária, a história do Brasil, questões étnico-raciais e direitos humanos, dentre outros. Após leitura e análise dos textos que trazem a representação ou discussão a respeito do indígena, o passo seguinte se deu com a identificação dos sistemas simbólicos quanto à essa representação e à fixação da base teórica específica que norteou a discussão de modo compreender o sistema de significações e de representações culturais atuantes na matéria em questão.

Em função disso, a metodologia de estudo, de caráter bibliográfico, teve por base os em pressupostos teóricos da história, da literatura e da teoria literária, uma vez que se manuseia o texto de natureza literária. Compreendendo-se que as determinações da realidade são os pressupostos da linguagem, cabe, pois, à análise literária esclarecer como um sujeito histórico reflete uma realidade também histórica (MAGALHÃES, 2005). Desse modo, significativos são os estudos em torno das referências a respeito de cultura, identidade e etnia, além das formulações teóricas sobre a educação e direitos humanos, para se compreender os potenciais e limites dessa abordagem na afirmação nas relações étnico-sociais (ALMEIDA, 2018; GUIMARÃES, 1999; ARAÚJO, 2006; HALL, 2003, 2006; CASTILHO, 2011, OLIVEIRA E FREIRE, 2006, HERRERA FLORES, 2009, entre outros).

Colaboraram também com esse estudo pressupostos teóricos referentes à representação e memória social, tendo em vista que esta se desenvolve na observação do processo de interação social, particularmente, naquelas situações relativas à difusão dos conhecimentos artísticos e científicos e estudos culturais (HALBWACHS, 2004). Além da contribuição dos estudos sobre a produção literária da Nísia Floresta (DUARTE, 1995 e 2009).

Partimos do entendimento de que as ideias propostas há duzentos anos por Nísia Floresta podem contribuir para uma educação voltada para a realidade, na medida em que apresentam ao leitor uma visão de mundo semelhante ou não à sua. Visão esta capaz de suscitar variados questionamentos e reflexão sobre o contexto em que se vive, assim como sobre a posição do outro nesse mesmo contexto.

Nesse sentido, apreender visões de mundo significa mergulhar nos significados produzidos pelos objetos sociais no interior de determinado grupo social. A linguagem, como um sistema de símbolos articulados, coaduna uma forma ampla de conhecimento que encerra outras formas de saber como teorias de senso comum. Essas teorias podem ser chamadas de representações sociais, que se configuram como sistemas de interpretação da realidade que produzem e se constituem de valores, crenças e atitudes primordiais na construção e disseminação de representações (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2001; CHARTIER, 1990), e dos estudos sobre a teoria cujas representações sociais permitem ao pesquisador aproximar-se do objeto definido, no próprio dinamismo que o gera.

Assim também, em função de uma análise que se pretende investigativa e interpretativa de um “mesmo problema” em contexto literários/culturais do Brasil, inscreve-se, neste estudo, uma das possibilidades dos estudos comparativistas: a de “atuar entre várias áreas, apropriando-se de diversos métodos, próprios aos objetos que ela coloca em relação” (CARVALHAL, 1991, p.10). A leitura comparativa dessa produção biográfica possibilitará compreender como as ideias postas pela citada escritora em seu contexto dão sentido à organização e à percepção de temas importantes no contexto contemporâneo, a exemplo da educação e os direitos humanos, a condição do povo indígena, dentre outros.

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) se firma pela afirmação da liberdade e da igualdade de todos os seres humanos “em dignidade e em direitos”, qualquer violação de liberdade, assim como toda forma de desigualdade, impõe limites ao exercício da liberdade (TOSI, 2002). Desse modo, qualquer limitação à existência dos indígenas, enquanto povos diferentes, implica na violação de seus direitos humanos fundamentais (UNIDAS, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto do século XIX, a escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida em 1810, Papari, no Rio Grande do Norte, usando de pseudônimo, se destacou

pelo seu protagonismo nas letras, no jornalismo e nos movimentos sociais (DUARTE, 1995, 2014). A escritora potiguar influenciou diretamente em várias pautas, visto que seus ideais estavam diretamente ligados aos povos injustiçados, como bem aponta Duarte (1995), por esta cumprir importante papel de elo entre as ideias europeias e a realidade nacional.

É durante o Romantismo Brasileiro, período em que escritores brasileiros libertavam-se das amarras da estética clássica (MOISES, 2003, 2007), que Nísia Floresta, usando o pseudônimo de Telesila, escreveu o poema de tom épico *A lágrima de um Caeté*, para tratar de um “vulto de um homem”, mais tarde identificado como um “índio Caeté”², que viveu sob os efeitos da colonização portuguesa, pondo foco sobre o indígena nas relações étnico-raciais:

Ó terra de meus pais, ó Pátria minha!
Que seus restos guardando, viste de outros
Longo tempo a bravura disputar
Ao feroz estrangeiro a Pátria nossa,
A nossa liberdade, os frutos seus!...
Recolhe o pranto meu, quando dispersos
Pelas vastas florestas tristes vagam
Os poucos filhos teus à morte escapos,
Ao jugo de tiranos opressores,
Que em nome do piedoso céu vieram
Tirar-nos estes bens que o céu nos dera!
As esposas, a filha, a paz roubar-nos!...
Trazendo d'além mar as leis, os vícios,
Nossas leis e costumes postergaram!
(AUGUSTA, 2021, p.17)

Composto por 712 versos, o poema *A lágrima de um Caeté*, sob o protagonismo do “índio Caeté”, trata de uma trajetória perpassada de aspectos de dois tempos históricos - o da Colonização e o do Império. Especificamente sobre os indígenas, destacam-se os dramas do sujeito nativo espoliado pelo colonizador português, assim como pelos liberais durante a Revolução Praieira, ocorrida em

2 Os Caetés foram os primeiros habitantes de Pernambuco e Alagoas. (Duarte, 2021, p.15 In: Augusta, 2021, p.15).

Pernambuco (1948-1949), apontada como a última revolta do período imperial, cujo objetivo estava em por fim ao sistema político vigente das elites conservadoras.

Sobre a representação do Caeté, em síntese, Lima (2008, p. 103), aponta que:

o índio caeté é retratado na obra em foco a partir de três níveis crescentes de representatividade: como membro de uma nação indígena em dissolução, como porta-voz de todas as nações indígenas brasileiras e, por fim, como símbolo da nação brasileira. Em todos esses níveis, a personagem se insere no âmbito de uma avaliação crítica do período colonial, encenando o estado de submissão dos brasileiros sob o despotismo do império português.

Quanto à estrutura, compreendemos o poema épico obrigatoriamente como uma composição em que o plano maravilhoso e o histórico fundem-se, a partir do plano literário. Desse modo, para fins de análise "(...) identifica-se como épico ou epopeia todo poema longo que desenvolva uma matéria épica por meio da dupla instância de enunciação lírica e narrativa" (RAMALHO, 2013, p. 19).

As reflexões críticas acerca da epopeia e do gênero épico demonstram que o épico sobrevive, com seu discurso híbrido (lírico e narrativo) transformado ao longo do tempo, com sua matéria épica e com seus elementos referenciais ressignificados. Silva e Ramalho (2007), por exemplo, no estudo a *História da epopéia brasileira* (2007), reconstroem a noção de matrizes épicas que estariam ligadas aos discursos épicos e à Retórica, pontuando que:

(...) A Retórica Clássica compreende quatro períodos definidos no curso da Civilização Ocidental, o da antiguidade greco-romana, o do Renascimento do século XVI, o do Neoclassicismo do século XVIII e do Realismo do século XIX; a Retórica Romântica compreende também quatro períodos, o da Idade Média, o do Barroco do século XVII, o do Romantismo do século XIX e o do Simbolismo/Decadentismo da virada do século XIX; e a Retórica Moderna compreende os períodos do Modernismo do século XX e o do Pós-Modernismo do final e virada do século XX (SILVA e RAMALHO, 2007, p. 24).

Com efeito, a transformação da épica clássica em épica romântica e, posteriormente, em moderna e em pós-moderna, revela a atualização do gênero e sua presença no contexto literário ao longo dos tempos. Contudo, o poema nisiano ainda que apresente elementos que o caracterizam como um texto épico se distancia do

modelo clássico aristotélico, uma vez que não apresenta as divisões: Proposição, Invocação, Narração e Epílogo.

No poema, *A lágrima de um Caeté*, tem-se detalhadamente a vivência do indígena sob uma visão mais próxima da realidade, distanciando-se da versão exótica a respeito do mesmo, típica de uma representação relacionada à exaltação do homem primitivo, presente na primeira geração do Romantismo. Nesse contexto, a imagem transmitida através da figura do do indígena buscava a sua heroicização, correspondendo ao desejo de um projeto de nação:

o indianismo chegou a definir (...) um símbolo de características positivas, ou de modelo de comportamento ideal. Essa caracterização teve importância, evidentemente, para a formação de uma auto-imagem do brasileiro, isto é, um modelo do seu comportamento, oposto ao de estrangeiro. Algumas dessas imagens parecem definitivamente incorporadas à tradição brasileira, até nos lugares-comuns de nossa linguagem (LEITE, 1979, p. 45)

Distanciando-se de uma cosmovisão romântica, Nísia Floresta traz, como novidade para época, uma visão até então não mencionada: a dos povos derrotados; como bem transparece na simbologia do medo e da derrota, além da percepção da inconformidade pela opressão do branco invasor, diferentemente das obras que até então possuíam características indianistas, voltada ao “índio herói”. Vejamos as estrofes:

Índigenas do Brasil, o que sois vós?
Selvagens? os seus bens já não gozais...
Civilizados? não... vossos tiranos
Cuidosos vos conservam bem distantes
Dessas armas com que ferido tem-vos
De sua ilustração, pobres Caboclos!
Nenhum grau possuíis!... Perdeste tudo,
Exceto de covarde o nome infame...”

[...]

Pára, miserando, disse ela ao Caeté.
Os restos depõe de tanta bravura;
Encara-me atento... perderás a fé
Com que praticar vás uma loucura!

O bravo selvagem atônito ficou...
Quem és, lhe pergunta, infernal deidade?
Uma visão de inferno não sou:
Sou cá deste mundo a Realidade.
(AUGUSTA, 2021, p. 18-40).

De maneira bastante realista, tem-se o registro de formas de preconceito, escravidão e luta. Almeida (2018) diferencia o comportamento racial dentro de uma sociedade, para ele existe uma noção de preconceito racial e discriminação racial. O preconceito está ligado ao estereótipo acerca dos indivíduos que pertencem a um determinado grupo étnico, já a discriminação racial está ligada à prática diferente desses grupos. Na estrofe citada, é possível identificar um indígena vítima das ações autoritárias dos portugueses. Além disso, evidencia também um “apagamento” próprio como consequência dos atos rudes e violentos dos brancos.

Na obra em análise, é possível perceber o detalhismo da autora no que tange a natureza e uma intensificação das características de valores dos indígenas (“bravos Caetés”), bem como é possível evidenciar a lusofobia, um dos principais elementos do romantismo brasileiro (“O bárbaro estrangeiro, feroz despotismo”), com destaque para “Os antibrasileiros...Patricidas!...” (AUGUSTA, 2021, p.35), que do nativo “já sem esperança” o choro arranca: “Transido de dor o triste Caeté / Suspira, lamenta, chora, se exaspera... / Os joelhos dobra! Do céu inda espera / Prodígio estupendo! que pôs Lázaro em pé!” (AUGUSTA, 2021, p.31); um lamento perpassado pelo ressentimento contra o inimigo que lhe usurpa terras e identidade cultural. A luta do Caeté se revela pela busca do resgate da identidade de seu povo.

No contexto das relações sociais, observa-se que “nos direitos humanos dá-se uma confluência estreita entre elementos ideológicos (que se apresentam como “universais”) e premissas culturais (que têm a ver com os entornos de relações “particulares” em que as pessoas vivem)” (HERRERA FLORES, 2009b, p.35). Com efeito, do ponto de vista dos direitos humanos, o poema grita a necessidade da identificação cultural de um Estado que seja igualitário, para reduzir as diferenças e proteger aqueles que fazem parte de um grupo minoritário. O poema revela que o indígena pós-civilizado está há séculos sendo ameaçado em sua “identidade” e “tradições”, uma vez serem classificados como obstáculos ao progresso, forças contrárias ao desenvolvimento e, em alguns casos, inimigos do Estado. Nessa relação entre a ideologia e a estética, além de denunciar o extermínio dos povos indígenas, a autora

funde, neste mesmo texto, ao relato da história da derrota indígena, o relato poético da história pernambucana na busca frustrada da independência e da liberdade:

Ó terra de meus pais, ó Pátria minha!
Que seus restos guardando, viste de outros
Longo tempo a bravura disputar
Ao feroz estrangeiro a Pátria nossa,
A nossa liberdade, os frutos seus!...
Recolhe o pranto meu, quando dispersos Pelas vastas floretas tristes
vagam
Os poucos filhos teus à morte escapos,
Ao jugo de tiranos opressores,
Que em nome do piedoso céu vieram
Tirar-nos esses bens que o céu nos dera!
As esposas, a filha, a paz roubar-nos!...
Trazendo d'além-mar as leis, os vícios,
Nossas leis e costumes postergaram!
(AUGUSTA, 2021, p. 17)

Por meio dessa leitura, é possível discutir sobre a escravidão humana praticada por pessoas no passado; sobre a luta dos povos indígenas brasileiros contra o colonizador português. Historicamente temos visto a violência contra os povos indígenas com a destruição de seus territórios, a invasão e exploração de suas terras, o garimpo, o desmatamento e o genocídio, um verdadeiro desrespeito aos seus direitos.

Segundo Herrera Flores (2009a, p. 17),

Os direitos humanos constituem o principal desafio para a humanidade nos primórdios do século XXI. Entretanto, os limites impostos ao longo da história pelas propostas do liberalismo político e econômico exigem uma reformulação geral que os aproximem da problemática pela qual passamos hoje em dia.

Os povos originários são contemplados pela nossa Constituição Federal, podendo exercer direitos que são fundamentais aos cidadãos brasileiros, mas esses direitos conquistados, após muita luta, têm sido constantemente violados.

O poema nisiano é reflexo de uma organização que se estabelece por meio de dois elementos opostos: o oprimido e o opressor; o colonizado e o colonizador; o indígena e o branco; o selvagem e o civilizado. Afastando-se da visão romantizada da figura do “índio herói” que luta, *A Lágrima de um Caeté* carrega a visão do indígena consciente de sua derrota e inconformado com a opressão de sua raça pelo branco invasor. Desse modo, a poetisa acaba pautando questões em torno dos direitos humanos, a exemplo do direito à propriedade, e o mais importante de tudo, à dignidade em si:

E dá que o vulcão mendonha horrível
A cratera se expande abrasadora
Para o povo engulir, que a nós de povo
O nome até roubou-nos... extinguiu!

Estas vozes soltando angustiado
Emudece o Caeté... quedo ficou,
Com os olhos no céu, dele esperando
A tardia, porém certa justiça!

(AUGUSTA, 2021, p.28)

Nesse processo de representação poética, ganha ênfase o fato de que, através da leitura, se chega ao domínio da linguagem que esteticamente informa e esclarece, e não é mais possível desconhecer a relação linguagem e poder (BARTHES, 1987). Na concepção barthesiana, a linguagem tanto pode se inscrever como meio de dominação, mas também instrumento de conscientização e libertação. Nesse ponto, o discurso é colocado como um desafio ao leitor. Barthes nos leva a refletir sobre as forças de liberdade que existem na linguagem ao ser usada como uma das formas de autoconhecimento, conhecimento do outro, da realidade e do tempo em que vivemos, assim como do passado e da nossa herança cultural. De forma que a obra literária é um monumento que não só preserva, mas possibilita transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo (COMPAGNON, 2009).

Assim, conforme aponta Duarte (2006, p.161) em *A Lágrima de um Caeté*,

encontram-se interessantes posicionamentos da autora a respeito do indígena. Uma rápida leitura do texto permite a identificação de inúmeros elementos marcantes do romantismo como a lusofobia, o elogio da

natureza e a exaltação de valores indígenas. A novidade é que o poema nos traz não a visão do índio-herói que luta, presente na maioria dos textos indianistas conhecidos e, sim, o ponto de vista dos derrotados, do índio vencido consciente e inconformado com a opressão de sua raça pelo branco invasor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais contribuições dessa pesquisa estão centradas na relevância de um estudo cujo interesse reside não somente em tornar conhecida uma dada temática no contexto contemporâneo brasileiro, mas principalmente em possibilitar variadas discussões e reflexões a partir da identificação da problematização de temas importantes na história cultural do país, singularizados e divulgados na produção poética da escritora Nísia Floresta. Neste caso, a obra *A lágrima de um Caeté*, ao versar sobre a dor do vencido, do oprimido pela força dos dominantes, põe sob foco o comportamento humano marcado pelo medo, dor, ódio e vingança. Contudo, em meio a tudo isso, fica a visão de que em nenhum momento, a partir das características citadas, o indígena desiste de lutar e de viver.

A escritora Nísia Floresta, reconhecida como romântica, indianista, abolicionista, feminista, republicana e ensaísta das mais atuantes se destaca pelos feitos de sua escrita, que a exemplo do poema em questão, põe sob foco e intensifica a representação de uma realidade mais próxima das experiências vividas pelos indígenas, detectores de uma história repleta de conquistas, mas de violações também. Atualmente, presenciamos os conflitos enfrentados pelos povos indígenas em função da crescente deterioração do meio ambiente e as injustiças propiciadas por um comércio e por um consumo indiscriminado de recursos naturais.

Conclui-se que discutir questões em torno da educação para a diversidade, sob a via do resgate histórico, contribui para que identifiquemos a memória literária de forma contextualizada, possibilitando constituir-se em material a ser inserido em uma ação educativa, à luz do que preconiza a lei 11.645/08, voltada para a inserção do histórico cultural étnico-racial no contexto de ensino. Assim também entender que as representações construídas pelos sujeitos são resultantes de significados utilizados nas formas de compreender o mundo e os objetos que dele fazem parte, pois a linguagem caracteriza-se, à espécie de um simulacro, como uma interpretação viva e dinâmica da realidade possibilitando-nos fazer uma análise das representações sociais com abertura para uma educação intercultural.

Revisitar estes conhecimentos que foram historicamente constituídos, conforme sua condição de atuação e publicação, pode nos conferir uma visão sobre pautas em voga no contexto do século XIX ainda válidas no XXI. Em *A lágrima de um Caeté*, o indianismo se inscreve como um modelo estruturante de um discurso através do qual a autora expressa sua posição política. Nísia Floresta expõe uma visão realista do indígena no contexto pós-colonial, possibilitando uma reflexão e conscientização da nova condição do povo indígena do Brasil na perseverança por salvar suas tradições e cosmovisões.

No contexto do poema, a fuga do Caeté, que sofre diante da destruição iminente do povo indígena, para a região da mata representou uma espécie de liberdade ou mais que isso a preservação da vida. Atualmente, presenciamos os povos indígenas ainda terem que lutar contra a retirada de sua terra e seus direitos. Essa é uma discussão que deve ir além do contexto, do *habitat* indígenas, a floresta, cabendo se debatido em ações pedagógicas no contexto de sala de aula. Um aspecto importante é que esse contato leitor e obra literária não produz apenas um avanço nas habilidades de leitura e de escrita, permite também uma identificação com a mensagem cultural, produtora de cidadania (CANDIDO, 1995, 2002).

Em função disso, faz-se necessário considerar as lições de Freire (1987), qual seja "humanizar" o Humano através da conscientização do sujeito quanto a sua essência humana. No que se refere a esse processo de humanização do mundo, Morin (2007) afirma que devemos conhecer o humano como parte do universo, de forma inclusiva. Em uma visão mais sistêmica, podemos considerar os Direitos Humanos como sendo um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, buscam concretizar as exigências da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1987.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *A lágrima de um Caeté*. Constância Lima Duarte (Org.) 5 ed. Mossoró-RN: Sarau das Letras, 2021.

BOSI, A. A cultura brasileira: temas e situações. 2. ed. São Paulo : Ática, 1992.

BRASIL. Lei 10.639/2003, 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 17 de maio de 2021.

BRASIL. LEI 11.645/2008, 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 17 de maio de 2022.

CANDIDO, Antonio. "O direito à literatura". In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, Antonio. "A literatura e a formação do homem". In: _____. *Textos de Intervenção*. São Paulo: Editora 34/ Duas Cidades, 2002.

CARVALHAL, Tânia F. "Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar". *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 1, n. 1, São Paulo: ABRALIC, mar. 1991.

CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre prática e representação*. Lisboa: Difel, 1990. COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 25 de agosto. 2022.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. 1ª ed. Natal: UFRN, 1995.

DUARTE, Constância Lima. Revendo o indianismo brasileiro: A lágrima de um Caeté, de Nísia Floresta. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, [S.l.], v. 19, n. 25,

p. 153-177, Nov. 2014. Disponível em: <<<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/6799>>>. Acesso: 28/01/2015.

DUARTE, Constância Lima. "NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA: Uma ilustre escritora potiguar". In **Revista da FARN**, Natal, v.4, n. 1/2, p. 157-166, jan./dez. 2006. Disponível em: <http://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/10>. Acesso: 15 de setembro 2023.

FERNANDES, Florestan 1920-1995. O negro no mundo dos brancos / Florestan Fernandes; apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. – 2. ed. revista – São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos* Trad. por Carlos Roberto Diogo Garcia et al. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009 a.

HERRERA FLORES, Joaquín Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. *Revista Sequência* (44). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.
JODELET, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

LEITE, Dante Moreira, "Romantismo e Nacionalismo", In: **O amor romântico e outros temas**. 2. ed., São Paulo: Nacional/EDUSP, 1979. p. 40-49.

LIMA, Stélio Torquato. **O indianismo e o problema da identidade nacional em A lágrima de um Caeté, de Nísia Floresta**. 2008. 185f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Letras, João Pessoa (PB), 2008.

MAGALHÃES, Belmira. "O ensino de Literatura e a interconexão entre representação literária e história". In: **Leitura**. Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, 2005.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge. "Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história". In JODELET, Denise (Org). **As representações sociais**. Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes. Vol 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006.

RAMALHO, Christina. **Elas escrevem o épico**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

RAMALHO, Christina. **Poemas épicos: estratégias de leitura**. Rio de Janeiro: Uapê, 2013.

SILVA, Anazildo Vasconcelos; RAMALHO, Christina. **História da Epopéia Brasileira: teoria, crítica e percurso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

TOSI, Giuseppe, Direitos humanos como ética republicana. In: LYRA, Rubens Pinto. (Org.). **Direitos Humanos: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar**. Brasília, 2002, p. 101-120. UNIDAS, O. DAS N. Rio de Janeiro Nações Unidas, 2008.

VEIX, Virgínia. "Sobre a urgência da educação para a igualdade nas relações étnico-raciais". In: **Direitos humanos e relações étnico-raciais: caminhos para a educação**. / organizadores José André da Costa ... [et al.]. - Passo Fundo : Berthier, 2012.